

**EMBARGADO ATÉ 18 DE MAIO ÀS 21h HORÁRIO DE BRASÍLIA
// 20H HORÁRIO DO LESTE DOS EUA // 19 DE MAIO ÀS 0H1 GMT**

Para obter mais informações, entre em contato com:
Susan Tonassi (stonassi@burness.com; +1 202 716 9665) em Washington, DC
Florence Wood (fwood@burness.com; +44 7491 147 576) em GMT+1

**Novo relatório: Florestas tropicais do tamanho da Dinamarca são
desmatadas **ilegalmente** todos os anos para a agropecuária
comercial consumida mundialmente**

*A destruição criminosa de florestas tropicais para culturas como carne bovina,
cacau, soja e óleo de palma derruba 4,5 milhões de hectares e libera 2,7
gigatoneladas de emissões de carbono por ano.*

WASHINGTON, D.C. (18 DE MAIO DE 2021) – um novo estudo divulgado hoje constata que **pelo menos 69% das florestas tropicais foram destruídas para a produção agrícola de itens básicos entre 2013 e 2019 de forma ilícita**, em violação às leis e regulações nacionais. Isto marca um aumento de um terço no desmatamento ilegal de florestas tropicais para a agricultura comercial desde que a [Forest Trends quantificou pela primeira vez a crise em 2014](#).

“Todos nós devemos ficar chocados com o fato da derrubada ilegal de florestas para o agronegócio ser o maior impulsionador do desflorestamento e que isso não para de crescer. Se não interrompermos urgentemente este desmatamento ilegal, não teremos a oportunidade de vencer as três crises que a humanidade enfrenta: mudança climática, perda da biodiversidade e novas pandemias,” afirma Art Blundell, principal coautor que chefiou o estudo da Forest Trends, *Illicit Harvest, Complicit Goods* (Colheita ilícita, bens coniventes).

Está bem documentado que o agronegócio é a principal causa de desmatamento em todo o mundo – e uma importante fonte de aquecimento global. Este novo estudo é o primeiro a revelar até que ponto os itens agrícolas produzidos na América Latina, Sudeste da Ásia e África e exportados para todo o mundo estão relacionados à destruição ilegal de florestas.

“Não há solução rápida para salvar as florestas tropicais do mundo, mas a erradicação do desflorestamento para dar lugar à produção agrícola é fundamental para qualquer solução,” disse Cassie Dummett, coautora do relatório. “A compreensão total da abrangência da crise de ilegalidade é um desafio, tendo em vista que muitos países não relatam informações sobre o desmatamento ilegal e que dados nacionais confiáveis são raros. Todavia, apresentamos nesse relatório evidências claras de que o problema é grande demais, e cresce muito rapidamente, para ser ignorado.”

A maior parte do desmatamento ilegal identificado nesse documento ocorreu em dois países, Brasil e Indonésia, e está ligado a produtos como gado e às plantações de palmeiras para a extração de óleo, soja e polpa. Estima-se que um terço desses produtos é exportado para os EUA, China, Reino Unido, Europa e outras regiões. Bolívia,

Colômbia, México e Malásia também foram responsáveis por níveis elevados de desflorestamento ilegal.

Impactos no carbono

Divulgado antes das discussões sobre o clima em Glasgow, onde a proteção das florestas deverá liderar a agenda, o relatório indica como podemos sustentar o papel das florestas em situação de risco como reservatórios de carbono. O estudo constata que o carbono liberado pela derrubada ilegal de florestas para o agronegócio é responsável por pelo menos 41% das emissões oriundas do desmatamento tropical, o que equivale a 2,7 gigatoneladas de carbono por ano, um total de 19 gigatoneladas no período de sete anos. Ao que consta, mais de 70% dessas emissões são resultado de florestas derrubadas ilegalmente na América Latina, principalmente no Brasil, devido ao seu papel incomum no desmatamento ilegal.

Fumaça e reflexos

Para determinar o grau em que os produtos agrícolas, consumidos internamente e no exterior, são cultivados em terras de florestas desmatadas ilegalmente, os autores examinaram dados disponíveis sobre desmatamento ilegal em 23 países com cobertura florestal do Sudeste da Ásia, América Latina e África. O estudo baseia-se no relatório de 2014 que colocou em evidência a crise de desmatamento ilegal e constata que ainda mais florestas do que nunca estão sendo destruídas para abrir caminho para produtos agrícolas, um aumento de 28% na taxa média anual.

Para a elaboração do relatório, os autores contaram com casos de ilegalidade bem documentados. “Como resultado, as descobertas, embora sejam alarmantes e demonstrem um problema sério, obviamente subestimam o problema. O fato de sermos conservadores e os números serem tão elevados, deve preocupar a todos”, disse Blundell.

Importando o problema

O relatório descobriu que 31% de todos os itens agrícolas produzidos em terras desmatadas, legais ou não, foram exportados. Somente em 2019, 55 bilhões de dólares em exportações dos 23 países do estudo de caso estavam relacionados à destruição de florestas tropicais para a produção de dez itens básicos, a maioria dos quais cultivada na América Latina e Ásia. Por conseguinte, os consumidores da Europa, Reino Unido, China, Estados Unidos e de qualquer outro país que importe esses produtos, correm o risco de convivência ao adquirirem esses produtos em seus países.

“O desmatamento ilegal é um fator-chave para a perda de florestas e cria um risco significativo às empresas da cadeia de suprimentos e instituições financeiras que podem fornecer ou financiar, inadvertidamente, commodities de origem ilegal,” disse Justin Adams, diretor executivo da Tropical Forest Alliance. “Este relatório fornece uma visão útil do problema e chama a atenção para a importância da rastreabilidade e transparência aprimoradas para fornecer informações relevantes e oportunas aos principais atores da cadeia logística.”

Os produtos agrícolas a seguir são particularmente problemáticos.

- Os legisladores devem observar mais atentamente a carne bovina, o óleo de palma, a soja e o cacau, pois são os que têm o nível mais elevado de ilegalidade.
- O Brasil é um país que oferece risco particular; quase todo (no mínimo 95%) do desmatamento no Brasil realizado em 2019 foi ilegal.
- A Indonésia também oferece risco; a auditoria do próprio governo concluiu que mais de 80% das derrubadas de palmeiras para a produção de óleo não foram realizadas em conformidade com as leis e regulamentos do país.
- O desmatamento ilegal é ainda mais generalizado para a soja – cerca de 93% da plantação, utilizada em sua maioria para alimentar o gado e outros animais, são cultivados em terras desmatadas de forma ilegal.
- Também são ilícitos o cacau, com 93%, os produtos pecuários, incluindo a carne bovina, com 91% e o couro, com 87%.
- Os autores alertam que o impacto de outros produtos básicos, tais como café e milho, está em crescimento.

Abrangência das soluções

O avanço na erradicação do desmatamento tem sido lento, apesar das promessas dos governos e empresas – incluindo a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas (NYDF), o Fórum da ONU sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Bens de Consumo – de cortar pela metade ou mesmo eliminar o desmatamento até 2020. “Está se tornando cada vez mais claro que compromissos voluntários, por si só, não são suficientes e devem ser alcançados por meio de regulamentos fortes, com rigor,” acrescentou Blundell.

O senador democrata Brian Schatz, do Havaí, e o deputado democrata Earl Blumenauer, do Oregon, anunciaram planos de apresentar um projeto de lei proibindo os Estados Unidos de importar produtos agrícolas oriundos de terras desmatadas ilegalmente. A abordagem segue o modelo das bem-sucedidas Emendas à Lei Lacey, de 2008, que baniram o comércio de madeira ilegal. A União Europeia e o Reino Unido também estão desenvolvendo acordos comerciais destinados a reduzir o desmatamento voltado para itens básicos.

“Acho que a maioria dos consumidores dos EUA concordaria fortemente que é imoral, desatualizado e absurdo que os produtos vendidos nas prateleiras dos supermercados possam ser rastreados até áreas de florestas desmatadas ilegalmente”, afirma Blumenauer. “Este relatório oferece mais evidências de por que precisamos reprimir o desmatamento ilegal da agricultura comercial. Fizemos progresso na madeira extraída ilegalmente de acordo com a Lei Lacey. Agora, pôr fim ao desmatamento ilegal desnecessário para óleo de palma, soja, carne e outros produtos é a próxima extensão lógica para acabar com essas práticas destrutivas que estão prejudicando as florestas do mundo e o clima.”

As próximas conversações sobre o clima em Glasgow marcam outro momento crucial para tratar do desmatamento ilegal nos âmbitos nacional e internacional. Os planos climáticos e as metas de emissões nacionais deverão incluir a proteção das florestas, considerada uma das Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou Nature-based Solutions NBS, em inglês) de mais baixo custo e maior eficácia. Sem essa solução, é quase impossível alcançar as metas do Acordo de Paris e reverter a crise climática.

Entretanto, tais soluções são, seguramente, possíveis. Estudos de caso indicam como a destruição de florestas foi interrompida no passado. Um crescente volume de pesquisas vem demonstrando que os povos indígenas são guardiões eficazes das florestas tropicais, podendo servir como parceiros na erradicação do desmatamento ilegal. Na década passada, o governo brasileiro fez muito mais do que qualquer outro país na abordagem da mudança climática, quando reduziu o desmatamento mediante o aumento da fiscalização, além de trabalhar com produtores de soja e gado na adoção de uma moratória sobre o desmatamento.